

Al-Rihana

Revista Cultural do Município de Aljezur [6]



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
2013

ÍNDICE

Apresentação	9
O Infante D. Henrique e as terras do Barlavento Algarvio....	11
O sítio romano do Vidigal, Aljezur. Continuidade ao legado Estácio da Veiga.	29
Notas sobre a história da Igreja Paroquial de Odesseixe	67
A Estela de Corte Cabreira	121
Carrapateira: Deambulações, factos e conclusões em torno de uma fortaleza	153
Trabalhos arqueológicos na Fortaleza da Arrifana em 2011	165
Arquitecto Manuel Gomes da Costa – Milagre no Algarve ...	205
Casa Fidalga – Bordeira (Aljezur)	211
O Sítio da Barrada (Aljezur). Resultados das campanhas de escavação de 2010-2011	223
Aljezur, especificidades do concelho e a Igreja Matriz	265

O SÍTIO ROMANO DO VIDIGAL, ALJEZUR. Continuidade ao legado Estácio da Veiga.

CARLOS PEREIRA*

Nota prévia

Este estudo surge num casual compromisso entre o signatário e a Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, a quem agradecemos de antemão todo o apoio prestado.

É de valorizar o trabalho que esta instituição tem desenvolvido para a preservação do património concelhio, imagem de marca das gentes, das terras e tradições que passam de geração em geração. Temos viva esperança de que esta associação, sem fins lucrativos, dê continuidade ao trabalho que tem realizado e que alicie investigadores que, como eu, se enamorem pelo concelho e pela sua história.

Mas além da preocupação pela defesa e preservação da história, bens móveis e imóveis e ainda pela cultura do concelho, é também necessário (re)construir essa crónica que se nos apresenta numa autêntica manta de retalhos. Com efeito, do período romano está ainda muito por descobrir e, tendo em conta o défice de fontes clássicas para esta área geográfica, essa reconstrução passa pela investigação da pouca informação já existente e realização de escavações arqueológicas que tragam à luz novos dados.

* Mestre em Pré-História e Arqueologia, doutorando em História variante Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).

UNIARQ - Centro de Arqueologia. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa.

2 – Situação geográfico-administrativa e estado da arte

A inexistência de trabalhos prévios de escavações no sítio romano do Vidigal impossibilita uma localização mais rigorosa do sítio. Ainda assim, a dispersão dos materiais que têm surgido à superfície do terreno permite a delimitação de uma área poligonal que se encontra geograficamente localizada na margem direita da Ribeira do Arieiro, entre duas linhas de água sazonais que desaguam na anterior. Está implantado, sensivelmente, a 4,300 quilómetros da vila de Aljezur e a 5 quilómetros da Costa Vicentina, situação que lhe permitiria ter um acesso fácil ao mar, quer ao longo do vale que passa pela actual vila de Aljezur, coincidente com o rio, quer directamente acedendo à costa (figura 1).

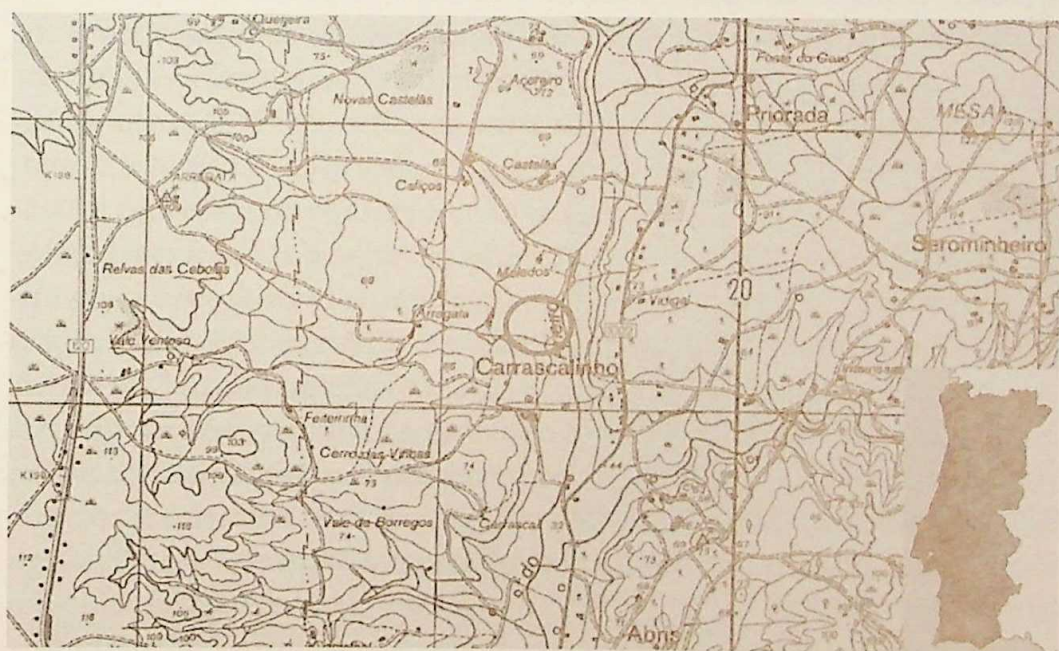


Figura 1 – Localização do sítio romano do Vidigal (Carta Militar Portuguesa 1:25000 nº 576).

Geologicamente localiza-se nos limites da área caracterizada por areias avermelhadas, grés e cascalheiras que se desenvolvem essencialmente nos planaltos litorais do ocidente (Oliveira, 1984, p. 58).

confirmando muito do que se tem dito sobre as vias romanas neste concelho (Rodrigues, 2004; Mantas, 1997). Mais afirmou a autora que, além de materiais arqueológicos, do “Vidigal” romano já não existiam ruínas visíveis (Santos, 1971, p. 315).

Maria Luísa Estácio da Veiga, ainda aquando as suas prospecções, identificou uma estrutura em *opus signinum* que localizou já na área da Arregata, contígua ao Vidigal. Com efeito, não é fácil concluir qual a melhor designação para o sítio, tendo em conta que se encontra entre os topónimos já mencionados. Podemos ainda encontrar a referida estrutura no local, ainda que muito encoberta pela vegetação, próxima da área de maior concentração de materiais arqueológicos.

Mas se actualmente não se descobrem ruínas à superfície do terreno, tempo houve em que deveriam estar a aflorar. Muito antes de o pioneiro algarvio iniciar os trabalhos arqueológicos no Algarve, havia já notícia de importante povoação no Vidigal. Quando analisada a cartografia seiscentista e setecentista da área, reparamos de imediato que a referida povoação do Vidigal, que Estácio da Veiga encontrou em ruínas, deverá ter tido uma importância relevante antes e durante esse período (Blaeu, 2005; Seco, 1561; Teixeira Albernaz, 1595?-1662; Sanson, 1600-1667; Wit, 1630-1706). O Vidigal surge localizado, aparentemente, com igual importância da actual vila de Aljezur, denunciando que ambos os aglomerados harmonizavam da mesma preeminência (figura 2).

A partir de determinado momento, que não podemos precisar, o Vidigal terá estreado uma quebra na importância que detinha em detrimento de Aljezur. Certo é que, em pleno século XIX, conhecemos este local como “...*casal do Vidigal, que outr`ora foi grande povoação.*” (Leal,



Figura 2 – Extracto do Reino do Algarve do mapa de Portugal Continental (mapa deitado) de Alvares Seco, primeiro cartógrafo português. Datado de 1561.

terra sigillata das distintas produções (itálica, sudgálica, hispânica, clara A e clara D), cerâmica de paredes finas, lucernas, cerâmica de “engobe vermelho pompeiano”, cerâmica africana de cozinha, vidros, metais e numismas (figura 3). Desde logo é evidente a presença de diferentes e distintos tipos de materiais, de diversas procedências. Nem todos são coetâneos e nem todos os coetâneos têm a mesma origem. Passemos à sua análise mais pormenorizada que, dada a ausência de contextos, será efectuada expondo os materiais por cronologia e categoria cerâmica.

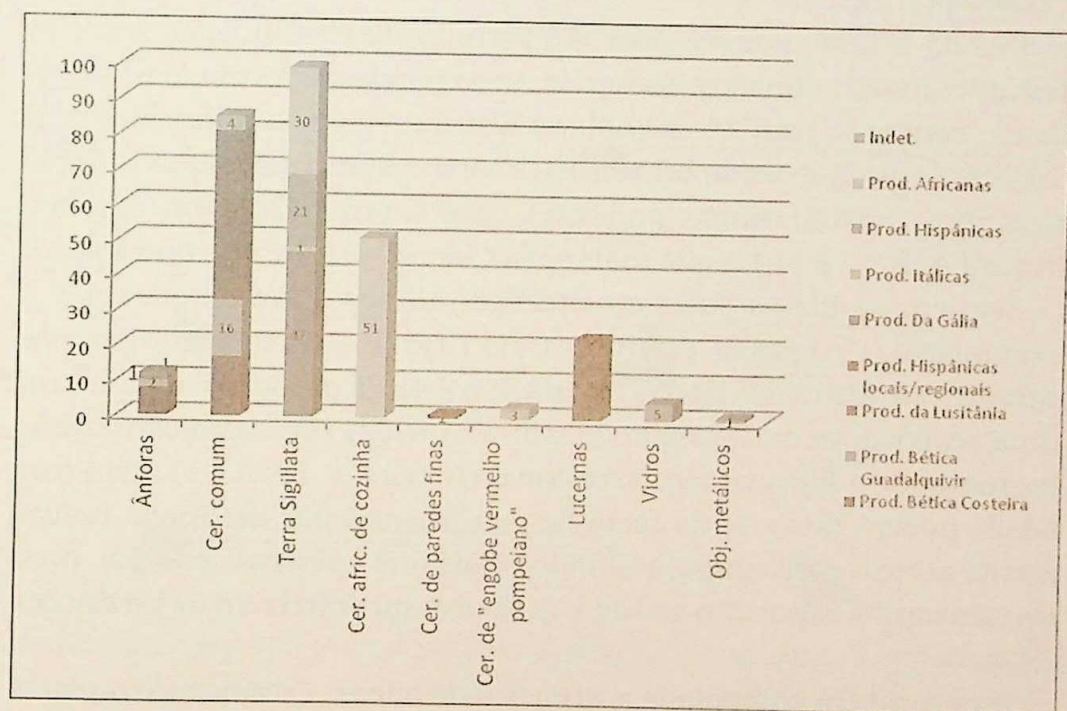


Figura 3 – Distribuição das diferentes categorias cerâmicas pelas produções identificadas.

A **cerâmica comum**, como em qualquer sítio arqueológico romano, é a mais abundante, contando com um total de 85 fragmentos cerâmicos. Além das sempre presentes produções locais/regionais, que totaliza 48 fragmentos, lográmos ainda identificar peças produzidas na província romana da *Baeticae*, equivalente à actual Andaluzia espanhola, correspondendo 17 a produções litorais béticas (provavelmente da

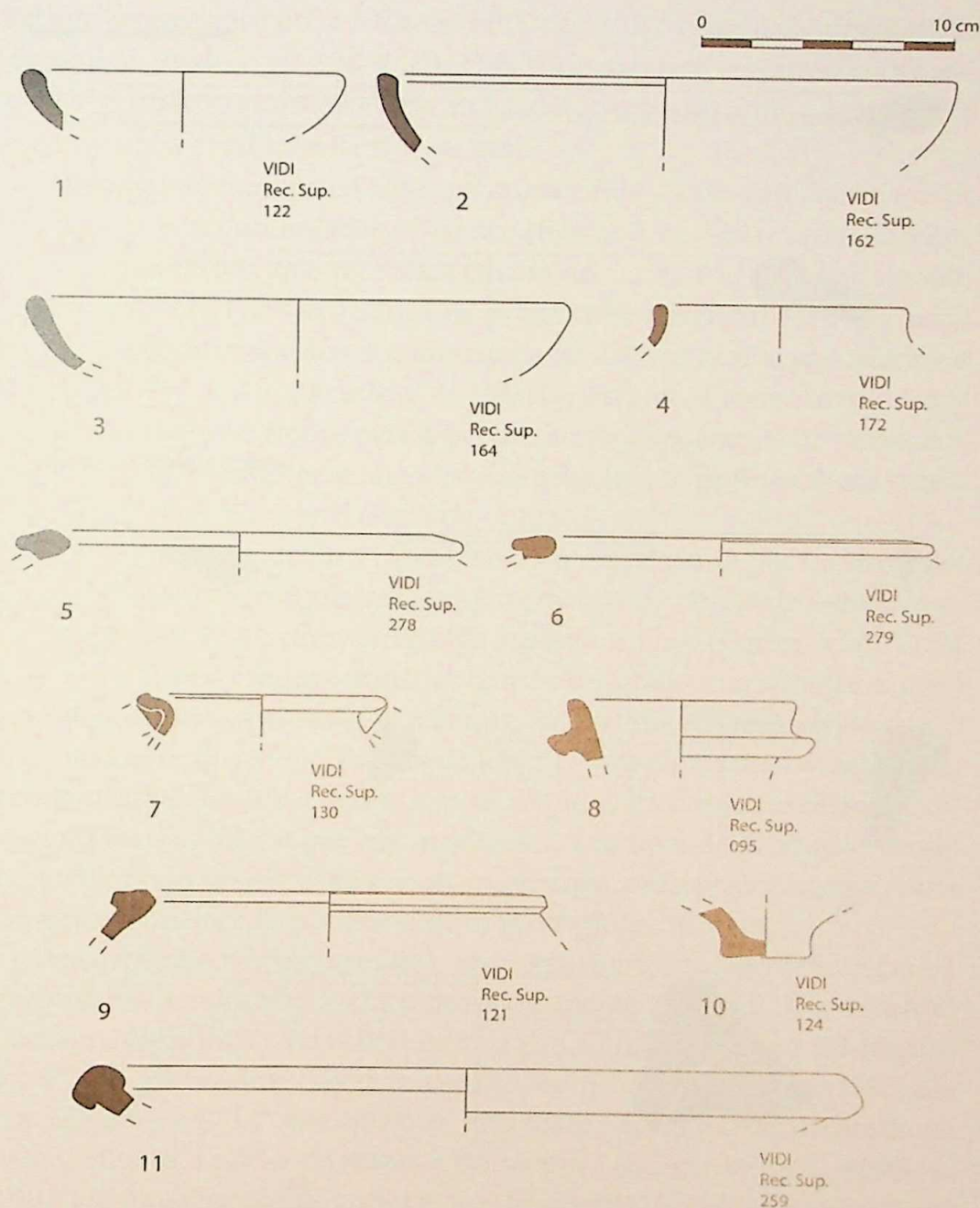


Figura 4 – 1 – Tigela em cerâmica comum produzida na área do Guadalquivir; 2 e 3 – tigelas de produção local/regional; 4 – pote de produção local/regional; 5 e 6 – tachos de produção local/regional; 7 – bilha de produção bética costeira; 8 – bilha produzida na área do Guadalquivir; 9 – terrina proveniente da área do Guadalquivir; 10 – potinho de importação bética Guadalquivir; 11 – Almofariz com a mesma origem.

na alto-imperial (Pinto e Morais, 2007, p. 242) e ainda os almofarizes coetâneos (*Ibidem*, p. 238-240). Dos últimos, um fragmento corresponde a uma importação bética Guadalquivir (figura 4, n.º 11) e o outro a uma produção local/regional.

Além das formas já citadas, reconhecemos ainda um exemplar de alguidar produzido na bética costeira (figura 5, n.º 12), um fragmento de púcaro produzido na bética Guadalquivir e uma caçoila de bordo escalonado externamente (figura 5, n.º 14), correspondente a uma produção local/regional, forma típica do litoral andaluz e algarvio (Vegas, 1973, p. 45; Arruda *et al.*, 2010). Esta peça em concreto tem-se associado com frequência à produção de preparados de peixe, argumento fortalecido pela sua elevada quantidade no litoral em detrimento de sítios interiores (Ponsich, 1988).

Dos grandes recipientes, vocacionados unicamente para a armazenagem, pudemos reconhecer um fragmento de bordo de um *dolium* (figura 5, n.º 13) e uma tampa da mesma forma (figura 5, n.º 15). Curioso é que o fragmento de *dolium*, ou talha, corresponda a uma importação bética Guadalquivir que, seguramente terá efectuado o mesmo trajecto que as ânforas de idêntica proveniência, ou seja, descendo o Guadalquivir e sendo depois acondicionadas em embarcações, chegariam ao Vidigal por via marítima. A tampa, de produção local/regional, poderia ser usada simultaneamente como prato, comprovando a plurifuncionalidade que algumas das peças tinham.

Das **ânforas**, contentores de transporte marítimo, identificámos 12 exemplares, sendo desses, cinco de forma indeterminada. Dos restantes pudemos identificar dois correspondentes à forma Beltran IIB (figura 5, n.º 16), de produção bética costeira, com uma cronologia balizada nos séculos I e II d.C. No entanto, esta forma só está documentada na área gaditana a partir de meados do século I (García Vargas, 1998, p. 108). Idêntica cronologia apresenta o fragmento de ânfora de tipo Dressel 20 destinada ao transporte do azeite bético produzido maioritariamente na área do Guadalquivir.

Ainda que tenhamos algumas reservas, cremos que um fragmento de produção lusitana corresponda a uma ânfora de tipo Dressel 14 (fi-

187). Com efeito, nada previa a existência de uma ocupação anterior à romana neste local, contudo, a recolha desta ânfora obriga a ponderar agora essa possibilidade.

A *terra sigillata*, como em qualquer sítio romano, é sempre abundante. O sítio romano do Vidigal não é exceção, conta com 100 fragmentos identificados distribuíveis pelas diferentes produções, dos quais 57 foram passíveis de classificação (figura 3).

Das *produções itálicas*, apenas foi identificado um fragmento de bordo possivelmente pertencente à forma 22 de Conspectus (figura 6, n.º 21). No entanto, as reduzidas dimensões do fragmento e a existência de outras formas idênticas não dão segurança no tipo atribuído, podendo incluir-se também na forma 18 da mesma tipologia. O elevado cuidado produtivo deste exemplar, assim como a presença de várias molduras permite enquadrá-lo em torno à viragem da era, baseando-nos na evolução do bordo que se vai simplificando progressivamente (Viegas, 2011, p. 290).

A *terra sigillata sudgálica* encontra-se representada por 47 fragmentos distribuíveis por diferentes tipos da tipologia de Dragendorff (1895). Esta produção, iniciada na área de Lyon e destinada a abastecer, inicialmente, os acampamentos militares do “limes” germânico, ganhou um grande alento principalmente a partir do reinado de Tibério (Viegas, 2006a, p. 29).

A importação de *terra sigillata* desta produção parece iniciar-se com a forma 24/25, que conta com seis exemplares, correspondente a taças semiesféricas com o bordo separado do corpo por uma protuberância e decorado com guilhoche (figura 6, n.º 23 e 24). Cronologicamente, esta é uma das poucas formas desta produção que pode ser datada ainda da primeira metade do século I d.C. (Viegas, 2006a, p. 31), contrariamente à maioria dos restantes tipos de idêntica proveniência que começaram a ser produzidos entre as décadas de 30/40 até às primeiras décadas do século II d.C. (Bourgeois e Mayet, 1991; Delgado, Mayet e Alarcão, 1975; Viegas, 2003; Viegas, 2006a).

Um dos exemplares do tipo 24/25 recolhido no Vidigal não só ostenta a presença de uma marca de oleiro no fundo interno correspon-

dente ao produtor da peça, concretamente a marca RI-OFE, como também apresenta um grafito no fundo exterior que possivelmente corresponderia ao seu proprietário e utilizador, *NIVS* (figura 6, n.º 23). Sobre a marca, pouco comum, algumas dúvidas surgem sobre o primeiro caractere, não se podendo afirmar com segurança se corresponde à letra R ou B, mas os restantes são bastante evidentes. Começando a marca de oleiro pela letra R, não identificámos qualquer paralelo. No entanto, com a letra B identificamos marcas semelhantes em *Baelo Claudia* (Bourgeois e Mayet, 1991; Macarena Bustamante, 2010), correspondendo a um oleiro que laborou em la Graufesenque nas décadas de 40/70 d.C. e produzindo exemplares de *terra sigillata* marmoreada. O exemplar que apresentamos correspondente ao oleiro Ri(...) O(...) Fe(*cit*) do qual desconhecemos ainda o nome, não está firmado sobre um exemplar marmoreado, o que pode complicar o panorama cronológico.

Da forma Drag. 27, constatámos a presença de quatro exemplares característicos da típica taça com carena interna bastante acentuada, para a qual vem sendo proposta uma evolução de exemplares mais finos para exemplares mais grosseiros e pesados associados a produções mais tardias (Viegas, 2011, p. 296). No Vidigal, ainda que tenhamos apenas constatado a presença de quatro exemplares, confirmamos a presença de ambas as produções. De destacar ainda a presença de uma marca epigráfica num dos exemplares da qual não conseguimos leitura, precisamente correspondente a uma produção fina (figura 6, n.º 22).

Da forma Drag. 18, lográmos identificar dois exemplares (figura 7, n.º 26). Trata-se de pratos de perfis baixos e largos com um grande espectro cronológico, realidade que dificulta um enquadramento mais assertivo dos exemplares sem que tenhamos um contexto estratigráfico associado. Corresponde a uma das formas mais abundantes nos sítios romanos com uma ocupação de idêntica cronologia, como é o caso de *Baelo Claudia*, Miróbriga, Santarém ou Conímbriga (Viegas, 2006a; 2003; 2011).

Dos serviços Flávios, posteriores às décadas de 60/70 d.C. (Viegas, 2006a, p. 32), identificámos um exemplar da forma Drag. 35/36 caracterizada pelo bordo horizontal que ostenta decoração com folhas de água.

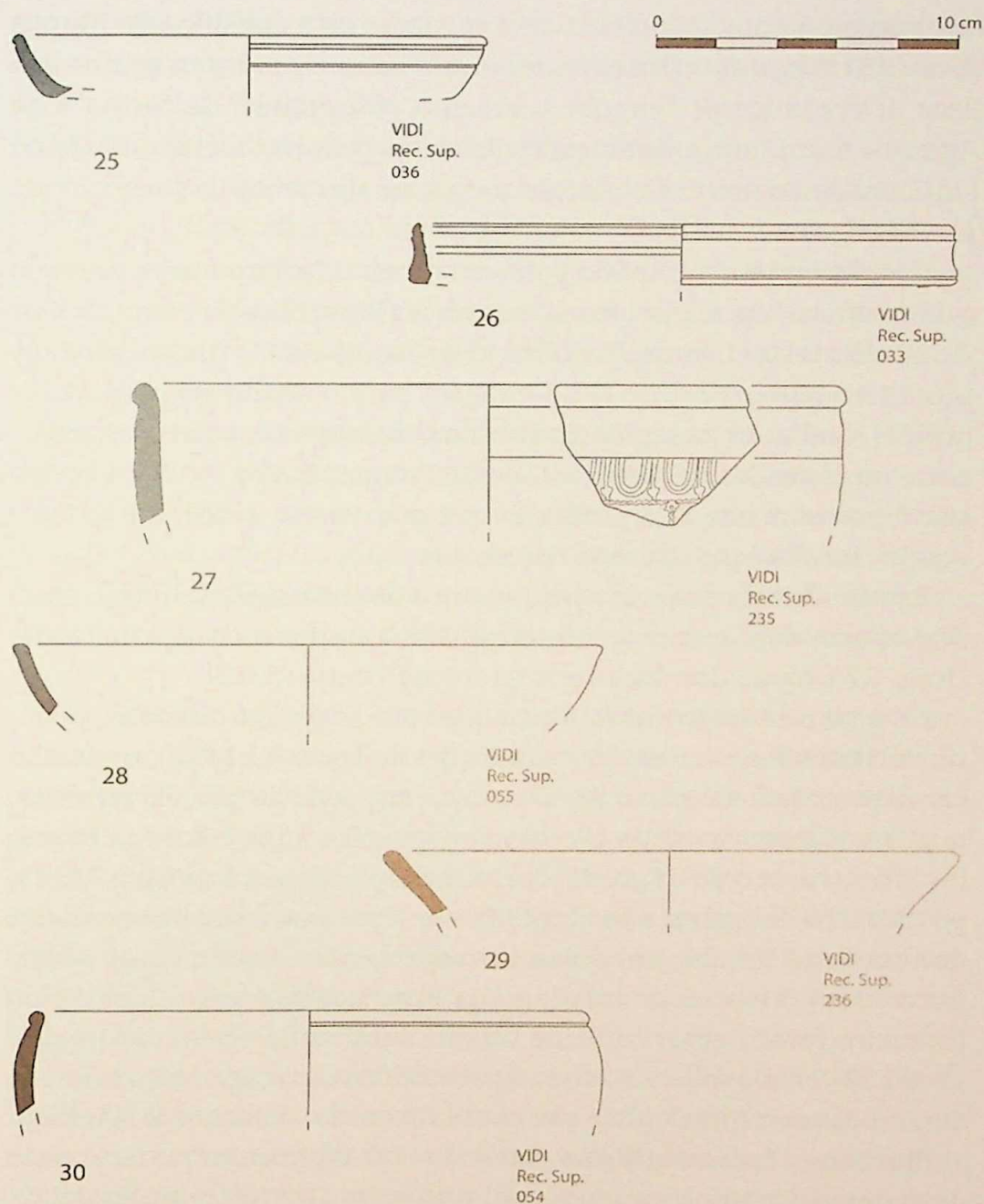


Figura 7 – 25 – *Terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 18; 26 – *terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 15/17; 27 – *terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 37; 28 – *terra sigillata* hispânica da forma III de Martínez Rodríguez; 29 – *terra sigillata* hispânica da forma Drga. 15/17; 30 – *terra sigillata* hispânica da forma Drga. 37.

das ânforas, cerâmica africana de cozinha e ainda lucernas, que invadiram os mercados peninsulares ibéricos a partir da segunda metade do século I d.C. (Viegas, 2011, p. 157).

No sítio do Vidigal, lográmos identificar 15 fragmentos desta categoria cerâmica, que foi classificada na totalidade. Prova de que adquiriu *terra sigillata* africana ainda durante o final do século I d.C. é a presença de um exemplar da forma Hayes 3C (figura 8, n.º 32). Neste momento, o Vidigal manifestava um considerável poder aquisitivo, recebendo materiais tanto do Norte de África, como também Hispânicos e do sul da Gália.

Idêntica situação transparece da forma 9 da tipologia de Hayes, testemunho das relações comerciais com a área norte africana em momento cronológico coevo, quer na variante A ou B. A variante A, com presença de decoração a guilhoché, acaba por dar lugar a uma variante em tudo idêntica mas mais simplificada. Foram identificados dois exemplares da forma Hayes 9A (figura 8, n.º 33) e seis da variante B (figura 8, n.º 34).

Em pleno século II d.C., este tipo de cerâmica continuou a ser comercializada no Vidigal, fazendo-se representar por cinco exemplares da forma Hayes 14/17. De salientar que a reduzida dimensão dos fragmentos não possibilita uma classificação mais acertada. No entanto, acreditamos que um dos fragmentos corresponde à forma Hayes 15 (figura 8, n.º 35).

Mais problemático é um fragmento que não permitiu sequer a obtenção de diâmetro, realidade que não fornece segurança na classificação atribuída. Ainda assim arriscamos afirmar que poderá pertencer à forma Hayes 31, particular do século II d.C.

Desta categoria cerâmica, resta apresentar as produções de *terra sigillata clara D*, também presentes no Vidigal, embora em menor número (três fragmentos). Trata-se de produtos mais tardios que foram comercializados durante os séculos IV a VI d.C., podendo a sua importação prolongar-se até às primeiras décadas do século VII d.C. (Viegas, 2011).

Testemunho de que estas cerâmicas foram importadas para o Vidigal ainda durante os primeiros anos do século VI é a presença das

formas Hayes 58 e 59, representadas por um exemplar cada (figura 8, n.º 36 e 37). Com efeito, ambos os pratos são formas comuns no território algarvio estando presentes quer em *Ossonoba* (Faro), quer em *Balsa* (Torre de Ares, Tavira). Ainda que o início da sua produção se possa confirmar nos últimos anos do século III d.C., certo é que se prolonga até ao século V d.C. (Hayes, 1972).

Importado durante a segunda metade do século V d.C. e as primeiras décadas da centúria seguinte terá sido o fragmento pertencente à forma Hayes 91B (figura 8. N.º 38), correspondente a uma tigela hemisférica com bordo seguido por uma aba com uma pasta que parece ser típica das produções de Oudhna, localizada a norte de Tunes (Bonifay, 2004).

A **cerâmica africana de cozinha**, proveniente da mesma área onde foi produzida a *terra sigillata* africana, consta abundantemente nos materiais recolhidos nos terrenos do Vidigal. Com efeito, este tipo de cerâmica seria transportada acompanhando a *terra sigillata* clara A (Bonifay, 2004, p. 48) ainda durante o século I d.C., como é o caso da forma Hayes 23B representada no Vidigal por 13 exemplares (figura 9, n.º 39 e 40). Trata-se de pratos largos e baixos com uma acentuada carena e o fundo estriado. Hayes refere que esta forma apresenta geralmente os bordos polidos do lado exterior (1972, p. 200) ou, em contrapartida, pintados de negro (1972, p. 87).

Mas se a *terra sigillata* africana apresenta uma produção bastante disseminada pela maioria do território actualmente tunisino, o mesmo não parece acontecer com a cerâmica africana de cozinha. Os seus centros produtores parecem estar mais concentrados na costa Oriental, talvez com excepção de centros produtores da área de El Jem e Sbeitla (Bonifay, 2004, p. 66, fig. 33). Desconhecemos o motivo desta aparente concentração no litoral de oficinas que terão produzido simultaneamente *terra sigillata* africana. Certo é que, como foi já apontado por outros investigadores (Schuring, 1988; Picon, 1998; Bonifay, 2004), a cerâmica de cozinha deve muito do seu sucesso às suas capacidades de resistência térmica, que poderão, de alguma forma, estar relacionadas com esta selectiva implantação das oficinas no litoral. Também as

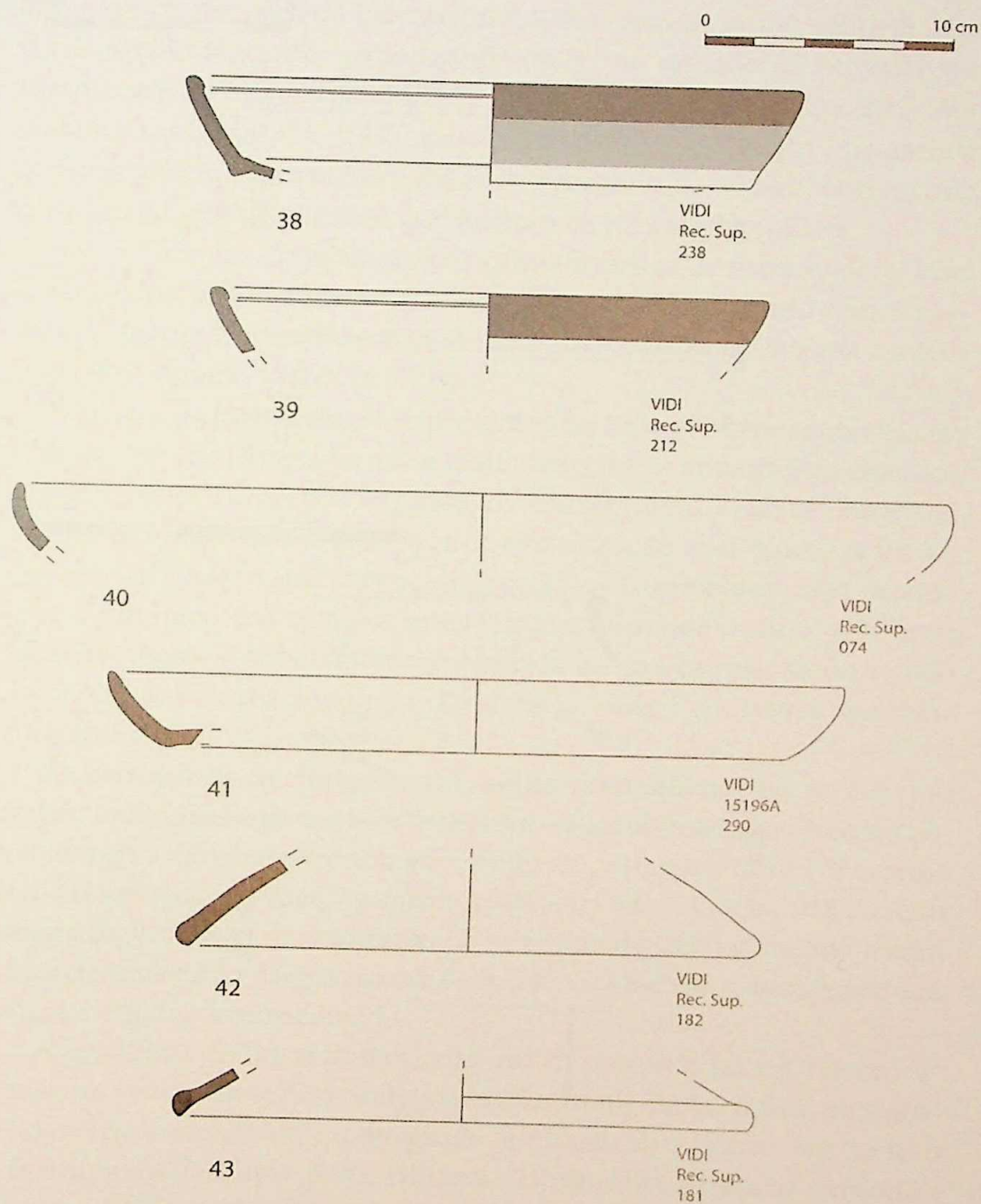


Figura 9 – 38 e 39 – Cerâmica africana de cozinha da forma Hayes 238; 40 e 41 – cerâmica africana de cozinha da forma Hayes 181; 42 e 43 – cerâmica africana de cozinha da forma Hayes 196A.

sua importação para o ocidente do império apenas se faz sentir a partir do século seguinte, prolongando-se até ao reinado de Augusto ou mesmo até à viragem da era (López Mullor, 1989, p. 202 e 203; Arruda e Sousa, 2003, p. 247). Devemos ainda ter em conta que ambos os fragmentos importados para o sítio romano do Vidigal correspondem a produções gaditanas que imitam os protótipos itálicos.

São poucos os sítios algarvios com a presença de formas deste tipo de cerâmica com uma cronologia tão antiga. Até ao momento conhecem-se em Castro Marim (Arruda e Pereira, 2008, p. 384) e Monte Molião (Arruda e Pereira, 2010, p. 711).

Também as *lucernas* estão presentes no inventário de materiais do Vidigal. No entanto, e como se trata de recolhas superficiais efectuadas pelo proprietário dos terrenos, os 23 fragmentos são de dimensão diminuta e não foram passíveis de classificação tipológica. Note-se, contudo, a quase total correspondência dos fragmentos com produções gaditanas, dos quais apenas um corresponde a uma produção local/regional. É sobejamente conhecida a estreita relação da região algarvia com a área andaluza. Também o Vidigal confirma tais relações comerciais.

As *cerâmicas de "engobe vermelho pompeiano"* há muito que foram individualizadas como detentoras de aspectos específicos ao nível da funcionalidade, tecnologia, produção, origem e também cronologia (Lamboglia, 1950; Aguarod, 1991; Arruda e Viegas, 2002). Um desses aspectos passa pelo facto de se tratar de formas baixas e com diâmetros bastante largos, com as superfícies internas cobertas por um engobe espesso avermelhado.

A produção destas cerâmicas, de uso de cozinha, parece ter-se iniciado na Península Itálica, mais especificamente na Etrúria e na Campânia, tendo-se disseminado a sua produção um pouco por todo o império, tendo sempre por inspiração os protótipos itálicos (Arruda e Viegas, 2002, p. 222). Não obstante, é indiscutível que são os produtos itálicos aqueles que mais são comercializados (Aguarod, 1991, p. 55 a 57), apresentando uma produção balizada, *grosso modo*, entre o século II a.C. e o século I d.C. (*Ibidem*).

estando bem documentado o seu aparecimento em contextos de segunda metade do século I d.C. e início do século seguinte.

Não resulta fácil uma clara distinção de ambas as formas. É por demais evidente que uma é o resultado evolutivo da outra. No Algarve, a forma Isings 34 está documentada apenas em *Balsa* (Nolen, 1994; Alarcão, 1970).

Mais problemático é o bordo tubular alongado vertical que não outorga segurança alguma na sua classificação tipológica (figura 10, n.º 48). Não obstante, as suas dimensões e características permitem avançar com a sugestão de uma possível taça de tipo Isings 44a de cronologia coetânea à da forma precedente (Isings, 1957, p. 59 e 60; Cruz, 2009). Trata-se de uma forma que conseguiu uma grande dispersão por todo o império proporcionada, quiçá, pela sua funcionalidade prática.

Finalmente, não poderíamos deixar de fazer referência à recolha de um lítico correspondente a uma peça de jogo, objectos frequentes no quotidiano romano e ainda uma cavilha de ferro de dimensões consideráveis. Este último objecto é considerado como utilitário enquanto “complemento de artefactos de madeira” (Pereira, 2008). Esses artefactos de madeira poderiam ser do mais variado, desde objectos utilizados na arquitectura, armamento, ou mesmo veículos de tracção animal.

O único numisma exumado até ao momento no sítio romano do Vidigal (figura 11) corresponde a um denário de bronze com emissão oficial datada de 217-218 d.C. de *Marcus Opellius Diadumenianus* (217-218). No anverso poder-se-á ler *M(arcus) OPEL(lius) ANT(oninus)*

DIADVMENIAN(us) CAESS(ar) rodeando o busto togado do imperador, virado para a direita, de cabeça descoberta. No reverso encontram-se os caracteres *PRINC.IVVENTV*, que resultará na formula *PRINC(ipi) IVVENTV(tis)*. A figura visível corresponde ao próprio Diadumeniano

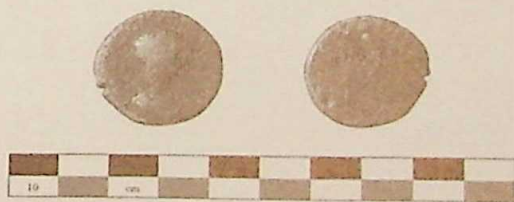


Figura 11 – Denário de bronze com emissão oficial datada de 217-218 d.C. de *Marcus Opellius Diadumenianus*.

to, aquando a nossa visita ao local, os terrenos davam mostras de há largo tempo não serem tratados. Tal situação permite uma melhor conservação dos possíveis vestígios arqueológicos, que, certamente, se encontram no subsolo. No entanto, impossibilitou a detecção de materiais arqueológicos à superfície, além de alguns materiais romanos de construção.

Mas ainda que a ausência de contextos arqueológico condicione, inexoravelmente, as ilações conseguidas neste estudo, é possível elaborar algumas reflexões sobre o tipo de sítio que foi “o Vidigal”.

Em primeiro lugar, este estudo evidenciou que o sítio romano do Vidigal poderá ter sido ocupado a partir de meados do século I a.C. até ao século V d.C., a julgar pela presença da forma 2 de paredes finas e de *terra sigillata* africana da forma Hayes 91, respectivamente. Se os materiais deixam bem clara a baliza cronológica ocupacional, mais problemático é analisar ritmos de importação, economia e área administrativa a que este local estaria indexado. É possível, contudo, propor um aparente maior poder aquisitivo entre a segunda metade do século I e o século III d.C., momento em que as ânforas e, principalmente, a *terra sigillata*, a cerâmica comum e a cerâmica africana de cozinha foram fortemente importadas para o local.

Parece desnecessário, à luz dos dados disponíveis, uma análise demasiado detalhada sobre quantificações e distribuição de formas nas diferentes categorias cerâmicas que são apresentadas. Não devemos esquecer que se trata de recolhas de superfície que, com forte probabilidade, podem ser transformadas por dados contextuais de futuras escavações no local. Por outro lado, de momento tal decomposição demonstrar-se-ia inútil para o entendimento do tipo de sítio.

Tendo em consideração a implantação do local e recursos disponíveis na envolvência, aos quais poderemos agora acrescentar o estudo dos materiais, parece provável tratar-se de uma *villae* romana que, como tantas outras no território actualmente algarvio, seria o epicentro da propriedade.

Não devemos ainda esquecer a existência de explorações mineiras romanas muito próximas deste local (figura 13). Referimo-nos ao sítio da Arregata (CNS 576) e também ao Vidigal (CNS 570 e 7520). Com

sobejamente conhecidas as típicas sepulturas romanas em “telhado de duas águas” que recebiam no seu interior o perecido.

Na sede da ADPHA estão, com efeito, depositados um pequeno conjunto de materiais que confirmam a possibilidade de nesta área se poder encontrar uma necrópole romana. Trata-se de um conjunto de *tegulae*, duas completas, e ainda dois fragmentos de vidros deformados pela acção do fogo, realidade facilmente explicada pela sua deposição em sepulturas de incineração.

Há ainda notícia de idêntica realidade no sítio de Moledos (CNS 18607), onde se achou uma sepultura. Não é segura a cronologia deste enterramento. Contudo este topónimo está muito próximo do sítio anteriormente referido pelo que acreditamos que poder-se-á tratar da mesma necrópole e não de dois espaços de morte distintos.

O Vidigal aparenta corresponder a um importante sítio da ocupação romana do Algarve de elevado potencial arqueológico e turístico. Mas se os materiais aí recolhidos até ao momento comprovam uma pujante vivacidade do aglomerado em plena *pax romanorum*, não é de todo improvável que a fundação do local seja anterior, em período romano republicano ou mesmo durante a II Idade do Ferro como o corrobora a existência de um fragmento de ânfora do tipo B/C de Pellicer.

O estudo destes materiais não é suficiente na hora de avaliar a economia, administração e sociedade deste relevante sítio arqueológico. A realização de escavações arqueológicas e todo o trabalho de investigação subsequente demonstra-se fundamental para uma compreensão mais rigorosa do sítio.

5 – O Vidigal e a ocupação romana do Algarve

Não resulta fácil, com os dados disponíveis até ao momento, a compreensão da malha ocupacional romana no extremo ocidente peninsular, concretamente o ocidente algarvio.

A relação entre o campo (*ager*) e a cidade (*urbs*) é algo que não deve ser analisado segundo os conceitos actuais (Bernardes, 2005), ainda

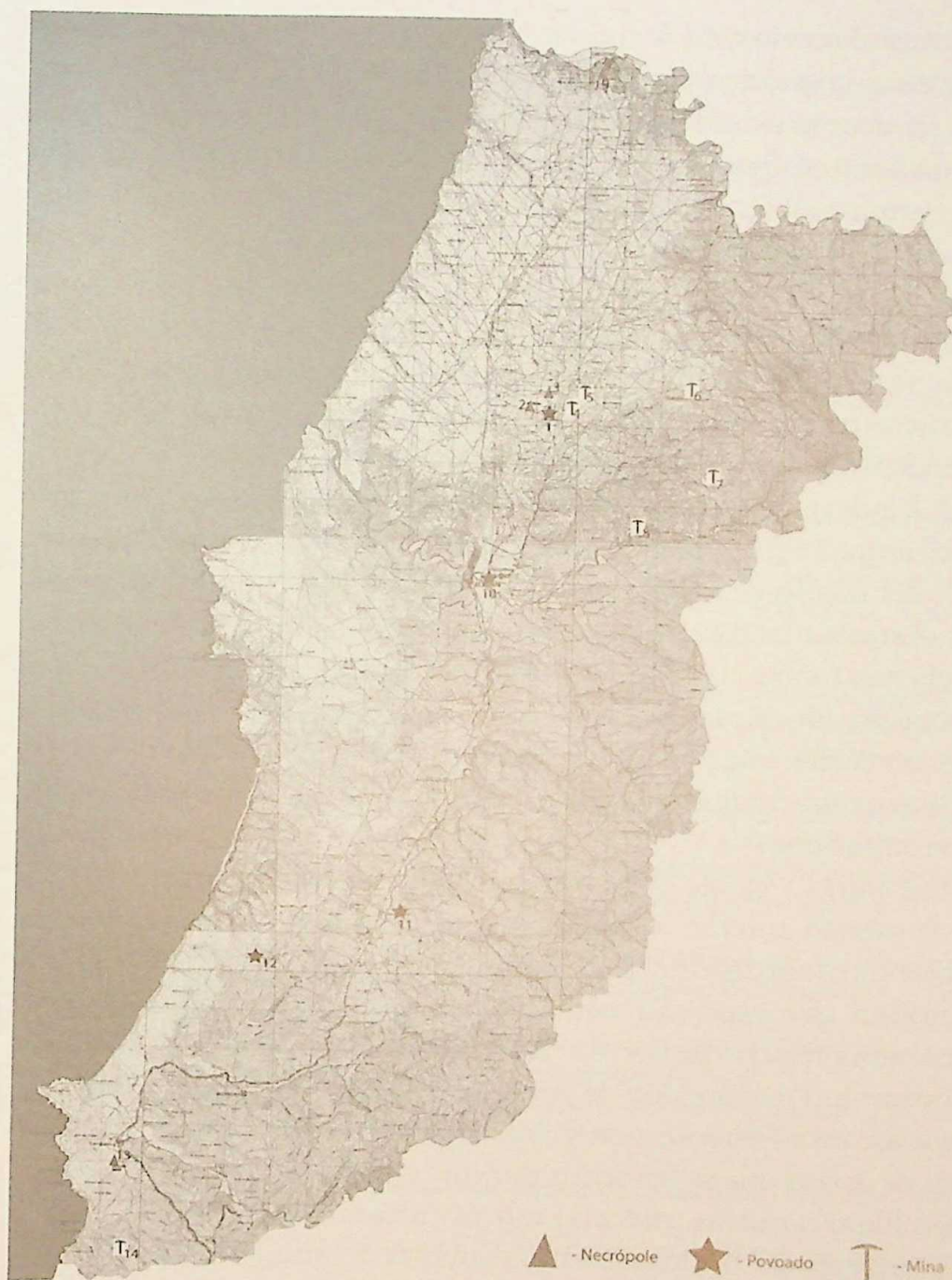


Figura 14 – A ocupação romana de Aljezur. 1 – Vidigal (sem CNS); 2 – Mortórios ou Arregata (sem CNS); 3 – Moledos (CNS 18607); 4 – Mina do Vidigal (CNS 570); 5 – Vidigal 2 (CNS 7520); 6 – Corte do Sobro (CNS 1167); 7 – Corte Cabreira 3 (CNS 7521); 8 – Margalho (CNS 1240); 9 – Malhadais (sem CNS); 10 – Aljezur (CNS 5412, 916, 7515, 18608); 11 – Monte da Vinha (CNS 7518); 12 – Malhada da Cerva (CNS 7528); 13 – Cerro das Vinhas (sem CNS); 14 – Murração (CNS 1248).

A vila romana do Vidigal, paralelamente a outras do ocidente algarvio, deverá ter partilhado esse papel, principalmente porque está geograficamente mais afastada do polo estruturador ou mesmo de *Laccobriga* (Lagos), tendo sido elementar na exploração dos recursos da região onde a mineração se fez sentir profusamente.

Bibliografia

- AGUIAROD, C. (1991) – *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza, Institución “Fernando el Católico”.
- ALARCÃO, J. de (1970) – Vidros romanos de Balsa. In *O Arqueólogo Português*, S. 3, Vol. 4. Lisboa, p. 237-273.
- ARRUDA, A. M. (2007) – *Laccobriga. A ocupação romana na baía de Lagos*. Catálogo da Exposição. Lagos, p. 7-47.
- ARRUDA, A. M., BARGÃO, P. e SOUSA, E. (2005) – A ocupação pré romana de Faro: alguns dados novos. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 8, S. 1. Lisboa, p. 177-208.
- ARRUDA, A. M. e PEREIRA, C. (2008) – As ocupações antigas e modernas no Forte de S. Sebastião, Castro Marim. In *Xelb*, 8, Vol. I. Silves, p. 365-395.
- ARRUDA, A. M. e PEREIRA, C. (2010) – Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época romana-republicana. In *Xelb*, 10. Silves, p. 695-716.
- ARRUDA, A. e SOUSA, E. (2003) – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 6, N.º 1. Lisboa, p. 235-286.
- ARRUDA, A. e VIEGAS, C. (2002) – As cerâmicas de “engobe vermelho pompeiano” da Alcáçova de Santarém. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 5, N.º 1. Lisboa, p. 221-238.
- ARRUDA, A. M., VIEGAS, C. e BARGÃO, P. (2010) – A cerâmica comum de produção local de Monte Molião, in *Xelb* 10. *Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve*, (Silves, 2009), Silves: Câmara Municipal de Silves, p. 285-304.
- BERNAL CASASOLA, D. (2000) – La producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el Bajo Imperio Romano. In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae, Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*, (Sevilla-Écija Dezembro 1998). Écija: Editora Sol, p. 239-372.
- BERNARDES, J. P. (2005a) – A relação entre campo /cidade. Os casos de Milreu e Ossonoba. In *Caminhos do Algarve Romano*. Catálogo da Exposição. Faro, p. 35-42.
- BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d’Afrique*. BAR Int. series 1301. Oxford.
- BOURGEOIS, A. e MAYET, F. (1991) – Les sigillées. In *Fouilles de Baelo*, VI. Casa de Velázquez, 14. Paris.
- BRANCO, C. (1897) – Aljezur. In *O Domingo Ilustrado. Historia e literatura*. I.º Anno, N.º 10 (18 de Jul. de 1897). Lisboa, p. 75.
- CARDOSO, J. M. (1988) – Subsídios para a Carta Arqueológica de Aljezur. In *Espaço Cultural*. Aljezur, p. 19-42.
- COSTA, A. (1929) – *Diccionario chorographico de Portugal Continental e Insular: Hydrographico, histórico, orographico, biographico, archeologico, heráldico, etymologico*. Pref. José Joaquim Nunes, Volume 9. Porto.
- CRUZ, M. (coord.) (2009) – *Vita Vitri. O vidro antigo em Portugal*. Lisboa, (Catálogo de Exposição do Museu Nacional de Arqueologia).

- PICON, M. (1998) – Pour une histoire des céramiques communes et particulièrement culinaires. In *Rivista di Archeologia*, XXII. Macerata, p. 145-151.
- PINTO, I. V. e MORAIS, R. (2007) – Complemento de comércio das ânforas: cerâmica comum bética no território Português. In *Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsas y Salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Oxford, p. 235-254.
- PONSICH, M. (1988) – *Aceite de oliva y salazones de pescado. Factores geo-económicos de Bética y Tingitana*. Madrid, Universidad Complutense.
- RODRIGUES, S. (2004) – *As Vias Romanas do Algarve*. Faro, Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve.
- SANTOS, M. L. E. da V. dos (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Vol. I. Lisboa.
- SANTOS, M. L. E. da V. dos (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Vol. II. Lisboa.
- SANTOS, M. L. E. da V. dos (1986) – Um museu em Aljezur. Preservação do património Algarvio. In *Espaço Cultural*, 1. Aljezur, p. 34-46.
- SEABY, H. (1982) – *Roman Silver Coins. Pertinax to Balbinus and Pupienus*. Vol. 3. London, Seaby.
- SCHURING J. M. (1988) – Terra Sigillata Africana from the San Sisto Vecchio in Rome. In *BABesch*, 63. Leuven, p. 1-68.
- SILVA, C. T., SOARES, A. e CORREIA, V. H. (1990) – Produção de ânforas no Martinhal (Sagres). In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (Eds.) – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Actas das Jornadas de estudo. Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conímbriga/Paris, p. 225-246.
- VASCONCELOS, J. L. de (1898) – Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim. In *O Arqueólogo Português*, Vol. 4, S. 1. Lisboa, p. 329-336.
- VEGAS, M. (1973) – *Cerámica común Romana del Mediterráneo Occidental*. Publicaciones Eventuales: 22. Universidad de Barcelona, Instituto de Arqueología e Prehistoria.
- VEIGA, S. M. P. E. da [1886, 1887, 1889, 1891] (2005) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 4 vols. 2005 edição da Universidade do Algarve com prefácio de GAMITO, T. J.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1905) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos*. In *O Arqueólogo Português*, vol. X. Lisboa, p. 107-118.
- VIEGAS, C. (2003) – *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica*. Trabalhos de Arqueologia, 26. Lisboa.
- VIEGAS, C. (2006a) – *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares- Tavira): (1) A terra sigillata*. Tavira.
- VIEGAS, C. (2006b) – O Forno romano da Manta Rota (Algarve). In *“Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet”*. Setúbal Arqueológica, 13. Setúbal, p. 177-196.
- VIEGAS, C. (2010) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de doutora.
- VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa. UNIARQ.

Cartografia

- OLIVEIRA, J. (coord.) (1984) – *Carta geológica de Portugal, escala 1/200000. Notícia explicativa da folha 7*. Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.